REDE
ISSN:1982-5528
Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO: UM PROGRAMA DE ATUAÇÃO PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS

Integrated cultural management of the territory: a program of action for human sciences

Luiz Oosterbeek[1]

RESUMO:

A temática da sustentabilidade e das estratégias humanas a prosseguir em face das modificações climáticas e ambientais decorrentes da grande aceleração, concretiza-se através dos processos e estratégias de gestão territorial. Nesse âmbito, a experiência de três décadas desde o relatório de 1987 sobre a sustentabilidade, com amargos resultados apesar dos progressos institucionais, permite compreender que não basta o desenvolvimento de soluções técnicas e a elaboração de instrumentos normativos e jurídicos. As decisões sobre as ações humanas não interagem diretamente com os territórios, mas com a perceção cultural dos mesmos, ancorada em tradições, valores e narrativas (Samassékou, 2012), que configura distintas paisagens para diferentes grupos humanos, com base nas mesmas bases materiais. O diagnóstico de que esta dinâmica está na raiz dos resultados inconsequentes e hesitações das últimas três décadas, levou à construção de um novo quadro de referência que integra o contributo das ciências humanas nos processos de gestão territorial, não apenas no plano teórico mas recorrendo a instrumentos operacionais concretos. Este quadro, que promove uma gestão cultural do território, integrada com as demais ciências e processos de conhecimento e atuação, converge com as atuais discussões no âmbito da UNESCO (ciência da sustentabilidade; conferência mundial das humanidades) e com o seu programa MOST (Management of Social Transformations). São discutidos os fundamentos e instrumentos operacionais desenvolvidos, designadamente á luz da revisão dos princípios da sustentabilidade, bem como exemplos concretos de aplicação em diversos países.

Palavras-chave: Gestão; Território; Paisagem; Ciências Humanas; Sustentabilidade

ABSTRACT:

The theme of sustainability and human strategies to be pursued in the face of the climatic and environmental changes resulting from the great acceleration, is concretized through the processes and strategies of territorial management. In this context, the experience of three decades since the 1987 report on sustainability, with bitter results despite institutional progress, shows that it is not enough to develop technical solutions and to develop normative and legal instruments. Decisions about human actions do not interact directly with the territories, but with their cultural perception, anchored in traditions, values and narratives, which configure different landscapes for different human groups, based on the same material basis. The diagnosis that this dynamic is at the root of the inconsequential results and hesitations of the last three decades has led to the construction of a new frame of reference that integrates the contribution of the human sciences in territorial management processes, not only in theoretical terms but using specific operational tools. This framework, which promotes a cultural management of the territory, integrated with the other sciences and processes of knowledge and action, converges with the current discussions in the sphere of UNESCO (sustainability science, world humanities conference) and its MOST program (Management of Social Transformations). The fundamentals and operational instruments developed are discussed, particularly in the light of the review of the principles of sustainability, together with concrete examples of application in several countries.

Keywords: Ecological Structure; Sustainability; Climate Change; Ecosystem Services; Setúbal.

[1]Universidade de Coimbra, Portugal. loost@ipt.pt

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

1. DAS SOLUÇÕES AOS DILEMAS

Há cerca de 10.000 anos, na sequência das grandes modificações climáticas que se seguiram ao fim do Pleistocénico, os largos milhares de humanos que se espalhavam pelo planeta, sobretudo nas latitudes mais baixas, assistiram a uma rápida mudança dos seus ecossistemas, com grandes consequências para o seu modo de vida. Caçadores especializados em espécies como os bisontes, os auroques, a preguiça gigante e outros animais de grande porte, os caçadores viram essas espécies migrar cada vez mais para latitudes extremas, ou extinguir-se. Certos caminhos de travessia, convertidos em água, ficam inacessíveis à deslocação a pé. Ao mesmo tempo, observaram a mudança na cobertura de flora e da fauna a ela associada, sobretudo à medida que os solos, preservados e enriquecidos durante milénios pelo clima glacial ou periglacial no hemisfério norte, eram libertados para que se retomasse em pleno o ciclo edafológico. Com prováveis história e lendas que comportavam mnemónicas de prescrições sobre como atuar e sobreviver (o que se pode ou não comer; o que se caça, como e onde, etc.), estas sociedades em que a comunicação e a educação se baseavam na oralidade e no treino experimental viveram então momentos de angústia e perplexidade.

Neste contexto, percebemos, com a arqueologia, que foram ensaiadas diversas estratégias. Num primeiro momento, faces aos problemas com que se deparavam, os grupos humanos procuraram soluções que passavam por manter integralmente o modo de vida (tentando migrar junto com as espécies caçadas, enquanto tal foi possível); outros ajustaram a técnica da caça às novas espécies, que eram mais pequenas (o que exigia campanhas de caça mais recorrentes para alimentar um grupo) e muitas vezes mais rápidas (o que exigia aperfeiçoar os sistemas de caça à distância, como o arco e flecha, a lança ou a boleadeira); outros aperfeiçoaram as técnicas de recoleção de gramíneas, raízes e vegetais. Todas estas estartégias conduziram, em graus distintos, a adaptações bem sucedidas, mas que não mudavam o essencial do que fora o comportamento humano desde a origem: a quase exclusiva predação. Ao mesmo tempo, num ambiente com grande produtividade natural de recursos alimentares, no Holocénico, estas estratégias permitiram padrões de povoamento com cada vez menor mobilidade e o crescimento demográfico.

A primeira resposta dos humanos à mudança de contexto foi, quase sempre, a continuidade e a conservação de comportamentos. Não apenas por ser esse o conhecimento já disponível, mas também porque milénios de evolução demonstraram que a experimentação de alternativas pode ser perigosa e conduzir à morte (por exemplo, o desrespeito de prescrições no sentido de evitar certos alimentos venenosos levou, quase sempre, à doença ou à morte…sendo que no caso contrário, raro, conduziu à imunização, é certo). A resiliência face ás mudanças climáticas é, porém, uma característica que persiste (Borquez, Adunce e Adler, 2016), e que explica a longevidade da espécie no processo evolutivo.

O clima tem, neste processo, um papel fundamental, embora não determinante nem exclusivo. Mas o impacto das oscilações climáticas secas e quentes no Holocénico, sobretudo cerca de 7,6 ka e de 6,6 Ka, gerou uma pressão enorme sobre as aldeias sedentarizadas e dependentes de uma produção "natural" que, repentinamente, era cancelada (Campos et al., 2015). Nesse contexto, a opção de responder ao problema com soluções apenas técnicas deixou de poder funcionar, e os grupos humanos tiveram de enfrentar um dilema: ou prosseguir o mesmo modo de vida e colapsar, ou intensificar a exploração dos recursos locais e a as trocas a grande distância: a opção por este segundo caminho abriu a era da economia de produção, como que hoje se designa por Neolítico.

Este processo não foi consensual, comos se pode observar na Península Ibérica, onde por mais de dois milénios grupos distintos, num território ainda pouco povoado e que permitia o ensaio de diferentes processos adaptativos. Mas o essencial deste processo é que não foi uma escolha "inevitável", foi uma escolha debatida e negociada, tornada possível apenas quando as comunidades perceberam o dilema: muar quase tudo para continuar a viver, ou tentar manter os comportamentos anteriores que, desta vez, não estavam a funcionar.

Esta transição, complexa, não foi guiada a priori por uma visão clara do futuro, pois é impossível programar a mudança total antes de ela ocorrer, mas os estudos disponíveis evidenciam, por exemplo no Médio Tejo em Portugal (Oosterbeek, 2001; Burbidgeet al. 2014), a existência de duas redes de povoamento distintas, partilhando muitos elementos mas distintas na perceção do caminho a trilhar. O aprofundamento desta pesquisa é o foco

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

do projeto de investigação em curso, apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, sobre a gestão de tarefas através das formas e representações socioculturais, no médio Tejo – MTAS.

Poderíamos alargar este e outros exemplos históricos (colapso da metalurgia em alguma sociedades, o muito conhecido colapso da cultura da ilha de Páscoa, etc.), mas não é o foco desta comunicação. Devemos, porém, partir desta noção para percebemor, e sobretudo para podermos explicar à sociedade, que esta não é a primeira vez que se instala um debate desta natureza.

A temática da sustentabilidade e das estratégias humanas a prosseguir em face das modificações climáticas e ambientais decorrentes da grande aceleração (Santos, 2007), concretiza-se através dos processos e estratégias de gestão territorial. Nesse âmbito, a experiência de três décadas desde o relatório de 1987 sobre a sustentabilidade, com amargos resultados apesar dos progressos institucionais, permite compreender que não basta o desenvolvimento de soluções técnicas e a elaboração de instrumentos normativos e jurídicos.

No contexto atual, pouco depois do eclodir de uma crise global pautada pela turbulência financeira (que inaugurou um ciclo de depressão que não terminará tão cedo), de crescente violência (associada a disputas geoestratégicas de fronteiras e áreas de influência) e de sucessivos incumprimentos de metas nas esferas ambiental e socioeconómica (de Kyoto aos Objetivos do Milénio), a avaliação dos resultados decorrentes da estratégia desenhada no relatório Brundtland de 1987 (United Nations, 1987) sobre o desenvolvimento sustentável não pode ser outro senão um balanço amargo (Oosterbeek, 2012a).

A crise que atravessa o planeta tem certamente expressões diferenciadas, com um alargamento (sustentável?) das classes médias a Sul, mas evidencia contradições do sistema monetário internacional, em que a crise do euro (ilustração de uma crise mais profunda do projeto de União Europeia, de que o Brexit, a existência de alguns governos xenófobos ou os crescentes processos fragmentação de alguns Estados, são exemplos) mascara a insuficiência do dólar como sustentáculo do sistema construído em BrettonWoods (Jones, Ocampo e Stiglitz, 2010). Existe, na economia, uma recomposição de relações, que expressa a construção de novos blocos geoestratégicos, sócio-económico-culturais, e em que a logística dos processos de produção, distribuição e consumo parece marcada por um lado pela sua flexibilidade geográfica (deslocalizações) e por outro pela deslocação do epicentro dos processos (da proximidade das matérias-primas para a proximidade dos locais estratégicos de intercâmbio).

Esta realidade económica prolonga-se numa recomposição social, marcada pela quebra de natalidade à escala global (com a grande excepção africana), pelo aumento do desemprego em todas as regiões e pelo aumento da insegurança (evidenciado pelo retorno da pirataria ao Índico, onde os interesses conjugados das grandes potências actuais se revelam mais frágeis que o poderio naval português, cinco séculos antes). Neste domínio, se é certo que a COP-21 é um avanço importante, a verdade é que a temática ambiental saiu da pauta de emergência de grande parte da população mundial, especialmente no hemisfério norte mas também em vastas áreas do sul, devido ao processo em curso de pauperização crescente de agravamento das desigualdades sociais e da insegurança.

A despeito das recomendações do Relatório Brundtland em 1987 e das expectativas da Cimeira do Rio de 1992, as diversas metas definidas não foram alcançadas, e o acesso à energia, a solos produtivos e a água potável, estão entre os maiores focos de tensão e guerra, na atualidade. Neste âmbito, o século XXI já se apresenta como um século de crescente mobilidade, não apenas pela via do turismo ou da migração de causa económica, mas em função de números crescentes de refugiados de territórios de Estados fracos ou falhados, onde não raro se concentram reservas estratégicas de matérias primas essenciais. A correspondente dissolução das fronteiras é acompanhada por uma dispersão e potencial perda de saberes resultantes de processos seculares de adaptação (Oosterbeek, 2006).

Neste contexto, as respostas académicas, para não referir as políticas (cujas fronteiras locais ou nacionais se revelam impotentes para desenhar estratégias globais), ainda são parcelares, disciplinares, segmentadas, mesmo quando enquadradas em modelos de planeamento (Alves, 2007; Ferreira, 2007). A melhor expressão dessa realidade é a atuação e reflexão segmentada a respeito dos pilares do "ThreeBottom-line", com especialistas de economia, ambiente e sociedade a fecharem-se nas suas especialidades e a ignorarem, todos, a dimensão cultural das perceções que as sociedades têm dessas mesmas vertentes. É essa limitação epistemológica, de um modelo

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

de sustentabilidade no essencial correto, que importa superar (Batista, 2011; Faro, Pousa E Fernández, 2005). Um exemplo é a contradição entre estratégias de redução do consumo de energia gerada a partir de combustíveis fósseis ou de grandes alterações dos ecossistemas (como as barragens) e as apostas na redução do consumo e nas alterações de comportamento individual. Sendo estas últimas as mais necessárias, a verdade é que a economia é dominadas pelas primeiras, pois não apenas elas ainda geram a maioria da energia necessária, mas o fazem com menos custos e, nas fases de construção, gerando mais empregos. Assim se geraram contradições que estão na origem das desilusões sucessivas do pós-Kyoto, em Joanesburgo ou Copenhaga (Soromenho-Marques, 2010), ou pós COP-21 (nos discursos do novo presidente dos EUA).

Três décadas após o relatório Brundtland, o planeta está pior nos planos económico (crise global), social (empobrecimento da classe média no hemisfério norte sem correspondente diminuição do fosso social no hemisfério sul) e, sobretudo, ambiental. Face ao crescimento demográfico e à urbanização acelerada, ambos concorrendo para uma pressão acrescida sobre os ecossistemas, verifica-se uma governança ambiental decrescente (apesar da COP-21) e uma crise profunda do estado social, nos poucos países em que ele se chegou a implementar no último meio século. Mais uma vez, as respostas surgem parcelarmente (tecnologia, economia, finanças…) e todas focadas na procura de "soluções para os problemas".

Porém, perante cenários de incerteza, as questões são estruturais e processuais, mais do que conjunturais, pelo que carecem de concentração nos fundamentos, nas raízes. Uma das urgências em processos de transição para o incerto é a radicalidade na compreensão desses processos, ou seja, a sua compreensão como emergindo de sequências causais independentes, que se cruzam. A radicalização social que cresce de forma acelerada em quase todo o mundo é uma reação adaptativa dos processos sociais à recusa institucional (dos Estados, mas também das Academias) em assumirem a radicalidade necessária. Tal é especialmente grave na esfera académica, pois um espaço de investigação que se resigna a detalhar tecnicamente o pensamento dominante é, em rigor, uma inutilidade social.

Ora, só a reintrodução de uma lógica de superação de dilemas pela convergência da diversidade de elementos que os compõem (Oosterbeek et al. 2016) é que permite focar processos (espaciotemporais) e não apenas contextos (espaciais). As palavra-chave nessa lógica não são "informação" (para encontrar "soluções", mas sim "conhecimento" (para enfrentar) "dilemas" (Meusburger& Werlen 2017). Uma tal mudança de paradigma resultará no futuro da reestruturação das matrizes socioculturais dos territórios, começando por religar gerações através de um resgate argumentado e negociado do passado, de base científica e cultural.

2. A PAISAGEM: PALCO DA SUSTENTABILIDADE

As decisões sobre as ações humanas não interagem diretamente com os territórios, mas com a perceção cultural dos mesmos, ancorada em tradições, valores e narrativas, que configura distintas paisagens para diferentes grupos humanos, com base nas mesmas bases materiais. O diagnóstico de que esta dinâmica está na raiz dos resultados inconsequentes e hesitações das últimas três décadas, levou à construção de um novo quadro de referência que integra o contributo das ciências humanas nos processos de gestão territorial, não apenas no plano teórico mas recorrendo a instrumentos operacionais concretos.

Não é a primeira vez que, apesar das aparências, ocorre uma crise sistémica que afeta a rede de intercâmbios e a estabilidade social de uma malha de povoamento urbano. Ainda que em escalas mais limitadas, mas apesar de tudo comparáveis em função da tecnologia de transportes e comunicações então existente, diversas civilizações no passado pereceram rapidamente perante a combinação de factores ambientais e climáticos (o mundo Micénico, a Roma imperial, a civilização Maia, o império Asteca, etc.). Inversamente, face a crises igualmente sérias, não são raros os exemplos de desenvolvimento, ainda que través de grandes convulsões: o império Helénico construído sobre a crise da Grécia clássica, o experimentalismo em Portugal gerando a expansão marítima e económica do pequeno Portugal na aurora da modernidade, a revolução industrial na Europa afectada pela "Pequena Idade do Gelo", que teve paralelos, por exemplo, na emergência das Missões Jesuíticas da Província do Paraguai, no século XVII.

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

Nuns contextos, como nos outros, não foi a natureza dos recursos e da sua melhor ou pior distribuição que foi determinante, e sim a capacidade de por um lado aumentar o capital humano e, a partir deste, identificar novos recursos entre as mesmas matérias-primas e desenvolver a tecnologia adequada à sua exploração (Kelly e Ó Gráda, 2010). Ou seja, tratou-se não apenas de "explorar recursos e técnicas" mas de mudar o olhar sobre os territórios pré-existentes, vendo neles novos recursos e novas possibilidades: numa palavra, tratou-se de construir novas paisagens. Em todos os exemplos de superação mencionados, a resiliência resultou de uma combinação do contexto ambiental com novas tecnologias e com capital humano apoiado numa forte diversidade cultural: macedónios e a miríade de gregos e outros povos do mundo helénico, católicos e judeus apoiados na diversidade mediterrânica com o Portugal quatrocentista, etc.

É neste âmbito que se insere a compreensão dos processos de gestão territorial. O chamado tripé da sustentabilidade é um modelo teórico errado, que deve ser revisto compreendendo que sociedade, economia e ambiente são como planetas em órbita, em torno de um núcleo central, que os interpreta e gere: as culturas (Oosterbeek, 2012b). Pois é pela força gravitacional das culturas que os referidos pilares da sustentabilidade se isolam ou mantêm equilíbrios dinâmicos. Por sua vez, as culturas são forjadas a partir da compreensão socialmente participada da realidade, isto é, por um lado pelo conhecimento abstrato (que inclui o saber cientifico mas, também, o senso comum, cabendo à academia socializar o primeiro) e por outro pelo conhecimento derivado da construção de aplicações práticas de articulação entre necessidades e recursos, mediada pela tecnologia (a logística). É este equilíbrio sistémico, distinto nos detalhes de cada cultura, que constitui o cerne da sustentabilidade, cuja compreensão plena, apoiada no reforço do capital humano, permite construir cenários de futuro sobre os quais os diversos interesses sociais podem agir e convergir (gerando dinâmicas de governança).

O quadro de referência do que defendemos e que designamos por gestão cultural integrada dos territórios, apoia-se em quatro componentes fundamentais: educação e formação de capital humano orientada para a gestão integrada do território (GIT), construção de uma matriz territorial sociocultural que permita o envolvimento do conjunto da população (centros de recursos, espaços de memória, projetos consorciados), interlocução institucional e comunicação (socialização do conhecimento), todos apoiados nae convergindo para a estruturação de dinâmicas resilientes de governança.

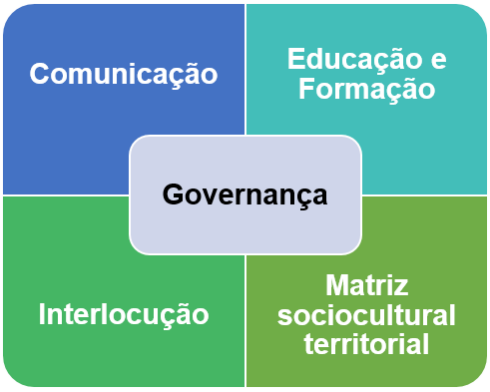

Figura 1: Quadro de referência da Gestão Cultural Integrada de Territórios. **Fonte**: elaborada pelo autor.

Este modelo tem sido aplicado com sucesso em diversos contextos (Oosterbeek, et al., 2011). Ele parte de uma redefinição da sustentabilidade, não já como um sistema tripolar, mas como um fluxo processual, em que se conjugam os mecanismos de gestão territorial conducentes à governança (Andrade eRossetti, 2009).

Num planeta de futuro incerto mas mudança certa, serão as mais pequenas unidades de base territorial (tangível) que permanecerão, recompondo certamente a natureza e extensão das redes em que se inserem. Por isso, cremos que a gestão territorial é nuclear no quadro da definição de estratégias de sustentabilidade. E, nesse quadro, a governança territorial (G), essencial ao futuro, é função do somatório cultural no tempo de uma dupla relação: entre os insumos do meio ambiente (Env) e a tecnologia (Tec) para os resgatar e utilizar, por um lado; e entre as redes logísticas (Log) e as dinâmicas sociais (Soc) que a elas acedem. Esta dupla relação e respectivo

REDE Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

processo de integração é descrita na equação seguinte, em que K representa, no tempo, a especificidade e diversidade cultural de cada território (que são suas forças integradoras ou de dispersão, conforme a dinâmica com que forem desenvolvidas):

$$f(G) = K \sum_{n=1}^{\infty} \left(\frac{Env}{Tec} + \frac{Log}{Soc} \right)$$

Figura 2: Equação de valiação territorial. **Fonte**: elaborada pelo autor.

3. RECENTRAÇÃO

Este quadro, que promove uma gestão cultural do território, integrada com as demais ciências e processos de conhecimento e atuação, converge com as atuais discussões no âmbito do Conselho Internacional para a Filosofia e as Ciências Humanas (www.ccipsh.net) e da UNESCO (ciência da sustentabilidade; conferência mundial das humanidades;programa MOST – Management of Social Transformations).

Será sobre a base de uma relação sólida e cognitivamente renovada com os seus recursos materiais que as sociedades poderão superar a crise e criar novas agendas de convicções, imaginação e interpretação, como diversas experiências no Brasil demonstram (Scheunemann 2012).

Os estudos históricos e arqueológicos demonstram como, no passado, ainda que de formas muito diversas, certos mecanismos de adaptação são recorrentes. Integrar esse conhecimento na perceção contemporânea da realidade é fundamental. Por exemplo, em Tomar e Mação, face a um grande debate que ocorre em Portugal sobre o despovoamento do interior, tentamos traduzir os dados da evolução do povoamento através de um "storymap" que explica a evolução do povoamento desde a chegada dos primeiros agricultores e pastores, há 7000 anos, até à Época moderna, há seis séculos[1]. A visualização dos mapas e a leitura dos breves textos que os acompanham permite compreender que apenas nas fases de maior exploração agrícola é que o território foi extensivamente ocupado, enquanto que nas fases essencialmente dedicadas à exploração de recursos para intercâmbios o povoamento esteve concentrado junto às fontes de materiais explorados (minas), extinguindo-se em seguida. Estes modelos de evolução de povoamento permitem demonstrar, também, que quando os Estados permitem o despovoamento de largas porções dos seus territórios, acabam perdendo a sua tutela e podem, eventualmente, reduzir o seu território global ou, simplesmente, extinguir-se.

Vivemos um ciclo de transição, que em muito se assemelha à década de 30 do século passado, agora numa escala que abraça todos os continentes de forma mais incisiva. Estão abertas, porém, e como sempre que no passado se viveram transições deste tipo, duas vias principais: ou o aprofundamento das interações entre grupos e o aumento da mobilidade e das trocas comerciais num quadro jurídico de "Estado Global de Direito"; ou o isolacionismo, a rigidez territorial e a xenofobia. O debate sobre a sustentabilidade e a gestão territorial não pode deixar de partir desta compreensão.

Não é fácil escolher. O caminho da interacção crescente implica rever fronteiras, facilitar a mobilidade e inovar na tecnologia, e foi o programa após a queda do muro de Berlim… porém sem evitar a perda de qualidade de vida de milhões de pessoas que antes se enquadravam na classe média do hemisfério Norte. Esse ciclo, que terminou com o início da depressão de 2008, tem no seu ativo os muitos mais milhões que, no hemisférico sul, acederam a classes médias/remediadas (sem jamais atingirem o status, entretanto perdido, da classe média Europeia). Mas para prosseguir nesse caminho seria necessário criar governos regionais mais amplos que os Estados-nação (União Europeia, Mercosul, etc.), assegurar uma participação efetiva das populações nos processos de decisão, promover um combate sério ao desemprego gerado pela tecnologia através do alargamento da ocupação em serviços de qualidade...

[1]Este trabalho foi coordenado por Rita Anastácio e pelo signatário, envolvendo os alunos de Mestrado de SIG e Gestão do Território do IPT, podendo ser consultado em:
http://tomargis.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=6a547b651c6245e29d472a4aa10a4189

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

É muito difícil operar grandes mudanças na grande escala, em especial num contexto de globalização. Mas é possível reorientar territórios específicos, com as suas respetivas comunidades, invertendo o quadro de pensamento único a partir da valorização da diversidade cultural, que sempre foi a principal vantagem adaptativa dos humanos.

É assim tempo de compreender que as oportunidades de futuro se geram em momentos como o atual, e de recentrar os debates. Afinal, não é tão difícil descobrir uma agenda convergente: a paz (que a grande maioria ainda quer), o pão (sem o qual essa maioria irá continuar a mudar, para se aproximar do campo da violência), a educação integradora (que não se faz sem dinheiro, e sem a qual se podem formar excelentes técnicos mas cresce a xenofobia), a habitação digna (incompatível com a pauperização das classes médias), o acesso à cultura (fundamental para uma resiliência apoiada na diversidade) e a integração produtiva intergeracional (que é o pilar da sustentabilidade). Numa estratégia assim, os equilíbrios ambientais e socioeconómicos decorrerão da vida e comportamento das pessoas. Esse é o papel, e deve ser parte essencial do programa, das ciências humanas.

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação para a Ciência e Tecnologia o apoio à pesquisa no âmbito das origens da agricultura no vale do Tejo (projeto “Moving Tasks Accross Shapes” – PTDC/EPH-ARQ/4356/2014), bem como o apoio aos trabalhos de pesquisa em gestão territorial do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (projeto estratégico UID/Multi/00073/2013).

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

REFERÊNCIAS

ALVES, R. M. A. **Políticas de Planeamento e ordenamento do território no Estado Português**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. 641 p.

ANDRADE, A; ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa. Fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo, Ed. Atlas, 2009. 584 p.

BATISTA, E. The new sustainable development paradigm. In: **Bioma** – revista de sustentabilidade, recursos humanos e inovação, nº 1, 2011. p. 89-93

BORQUEZ, R; ALDUNCE, P; ADLER, C. Resilience to climate change: from theory to practice through coproduction of knowledge in Chile. In: **Sustainability Science**, Springer. 2016. (DOI 10.1007/s11625-016-0400-6)

BURBIDGE, C. I; TRINDADE, M. J; CARDOSO, G. J. O; DIAS, M. I; OOSTERBEEK, L; SCARREC; ROSINA, P; CRUZ, A; CURA, S; CURA, P; CARON, L; PRUDÊNCIO, M. I; GOUVEIA, A; FRANCO, D; MARQUES, R; GOMES, H. Luminescence dating and associated analyses in transition landscapes of the Alto Ribatejo, Central Portugal. In: **Quaternary Geocrhonology** (IF: 4), Vol. 20, Abril, 2014. pp.65-77

CAMPOS, L; ALMEIDA, N; FERREIRA, C; GOMES, H; OOSTERBEEK, L; ROSINA, P. As flutuações no período Atlântico e as suas implicações sócio económicas: 44 um projecto de estudo comparativo entre regiões de Portugal, Espanha e Brasil. In: GONÇALVES, V.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C. (eds), **5.º Congresso do Neolítico Peninsular**. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, "Estudos e Memórias 8", 2015. pp. 44-47

FARO, L.C; POUSA, C; FERNANDEZ, C. **Conversas com Eliezer**. Rio de Janeiro, Insight Engenharia de Comunicação, 2005.

FERREIRA, A. F. **Gestão Estratégica de Cidades e Regiões**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. 431 p.

JONES, S. G; OCAMPO, J. A; STIGLITZ, J. E. Introduction. In: **Time for a Visible Hand**: Lessons from the 2008 World Financial Crisis. Oxford University Press, 2010. p. 1-17

KELLY, M; Ó GRÁDA, C. **The economic impact of the little ice age**. University College Dublin, W.P.10-14, 2010. 24p.

MEUSBURGER, P; WERLEN, B. **Knowledge, Action, and Space**: an introduction. Cham: Elsevier, 2017.

OOSTERBEEK, L. Stones, carvings, foragers and farmers in the Southwest of Europe. A view from the inland, IN: **Pre historia 2000**, vol. 1, UISPP, 2001. pp. 150-168

_____. A Insustentável Ligeireza do Desenvolvimento. In: TOSTÕES, A., OLIVEIRA, E. R. A., et al. (eds.). **Encontro de saberes**: três gerações de bolseiros da Gulbenkian, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2018.1203.05

_____. Our common future. 25 years later: 10 questions and answers moving from anxiety into the praxis of landscape management. In: SCHEUNEMANN, I. E OOSTERBEEK, L. (coord.). **A New Paradigm of Sustainability, Theory and Praxis of Integrated Landscape Management**. Rio de Janeiro, Instituto BioAtlântica, (2012a) (no prelo)

_____. Princípios de Gestão Integrada do Território. In: SCHEUNEMANN, I. E OOSTERBEEK, L. (coord.). **Gestão Integrada do Território**. Economia, Sociedade, Ambiente, Cultura. Rio de Janeiro, Instituto BioAtlântica, 2012b. (no prelo)

OOSTERBEEK, L; SCHEUNEMANN, I; ROSINA, P; TRISTÃO, A; ANASTÁCIO, R. Gestão integrada de grandes espaços urbanos. Uma reflexão transtlântica. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, III série, nº 23, 2011. p. 163-176

OOSTERBEEK, L.; QUAGLIUOLO, M.; CARON, L. **Sustainability Dilemmas**. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management. ITM, série ARKEOS, 2016. vol. 38-39

SAMASSÉKOU, A. Ambiente global, culturas e Gestão Integrada do Território. In: SCHEUNEMANN, I. & OOSTERBEEK, L. **Um novo paradigma da sustentabilidade**. Rio de Janeiro, IBIO, 2012. pp. 233-238

SANTOS, F. D. **Que futuro**? Ciência, tecnologia, desenvolvimento e ambiente. Lisboa, Gradiva pub, 2007. 586 p.

SCHEUNEMANN, I. Gestão Integrada do Território e o Brasil. In: SCHEUNEMANN, I. & OOSTERBEEK, L., **Gestão Integrada do Território**. Rio de Janeiro, IBIO, 2012. pp. 19-32

SOROMENHO-MARQUES, V. (coord.). **Ambiente na encruzilhada**. Por um futuro sustentável. Lisboa, Esfera do Caos, 2010. 237p.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development**. General Assembly Resolution 42/187, 11 December 1987.